



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – 2º QUADRIMESTRE/2023

Ata da Audiência Pública de 28 de Setembro de 2023 – Prestação de Contas do Segundo quadrimestre de 2023 dos poderes Executivo, Legislativo e Previoporã do Município de Ponta Porã – MS. Excelentíssimas autoridades, senhores e senhoras, bom dia. Convido para secretariar a presente Audiência o vereador Rafael Modesto, membro da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Esta audiência pública, realizada pela Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização da Câmara Municipal de Ponta Porã sob a presidência do vereador Agnaldo Miudinho, ao qual passo a palavra. De acordo com as determinações legais conferidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 75, inciso XI, da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, iniciamos, neste momento, a Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do exercício de 2023. Convidamos para ocupar o seu lugar a mesa de trabalhos o vereador Candinho Gabínio, presidente da Câmara Municipal. Convidamos para ocupar o seu lugar a mesa de trabalhos o excelentíssimo senhor Rafael Fração, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais - Previoporã, Convidamos neste instante para ocupar o seu lugar à mesa dos trabalhos o excelentíssimo senhor Fabrício Cerviéri, secretário municipal de Planejamento e Finanças de Ponta Porã. Convidamos para ocupar o seu lugar à mesa de trabalhos a senhora Fernanda Palermo, diretora do Departamento Financeiro e Orçamentário da Câmara Municipal. Neste momento, Convido os senhores vereadores para ocuparem seus lugares no plenário. Vereadora Kamila Alvarenga, vereadora Lourdes Monteiro e vereador Marquinhos. Em nome da transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente audiência pública de prestação de contas do segundo quadrimestre em exercício de 2023. Solicito aos participantes que se encontram no plenário, que observem a inscrição na lista, com a servidora encarregada, Bel. Neste momento, passaremos para as exposições, que serão na seguinte ordem. Primeiro será a senhora Fernanda Palermo, do Poder Legislativo, na sequência, teremos o





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

senhor Rafael Fração, presidente do Previporã. Convidamos o senhor Fabrício Servieri, secretário de Planejamento e Finanças do Poder Executivo, para suas explanações gerais, pelo tempo que for necessário. Neste momento, iremos desfazer a mesa para podermos acompanhar as explanações. Senhora Fernanda Palermo, por gentileza, pode iniciar a sua explanação. Bom dia, autoridades, presidente desta sessão, vereadores, público presente e funcionários desta Casa de Leis. Prestação de contas do segundo quadrimestre de 2023, do período de maio a agosto deste ano. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos sobre os mesmos poderão ser solicitados oficialmente às secretarias competentes. Lei aplicável. Parágrafo 4º do artigo 9º e artigo 63 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes entre 1º de janeiro de 2023 a 31 de agosto de 2023. Valor do repasse do executivo. O nosso duodécimo foi, no total do período até agosto, R\$ 10,8 milhões. Despesas realizadas no período. Vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil. Subsídio de vereadores. Salários de funcionários - R\$ 5.489.347,51 centavos. Obrigações patronais previdenciárias do INSS, vereadores e funcionários - R\$ 672.746,28 centavos. Contribuições patronais do PREVIPORÃ, funcionários ativos - R\$ 153.801,18 centavos. Aporte para cobertura do déficit atuarial do PREVIPORÃ. Funcionários ativos - R\$ 124.024,00 reais. Despesas com manutenção do legislativo, aplicações diretas. Obras e instalações R\$ 76.950,00 reais. Equipamentos e materiais permanentes, R\$ 145.101,40 centavos. Diárias R\$ 7.068,66 centavos. Material de consumo - R\$ 246.085,77 centavos. Serviço de consultoria - R\$ 9.200,00 reais. Serviços de terceiros de pessoa física -R\$ 15.000,00 reais. Serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 933.413,93 centavos. Serviços de tecnologia e informação e comunicação - R\$ 130.179,62 centavos. Total: R\$ 1.562.999,38 centavos. Aqui temos uma ficha das despesas de janeiro a agosto deste ano. No valor total gasto no período, incluindo todas as nossas despesas - R\$ 8.002.918,35 centavos. Total das despesas realizadas no período -R\$ 8.002.918,35 centavos. Obrigações previdenciárias do INSS, parte do segurado, a parte que é descontada dos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nossos funcionários. Vereadores e funcionários - R\$ 295.531,27 centavos. Obrigações Previporã, parte do segurado, parte do que também é descontado dos nossos funcionários para o Previporã - R\$ 153.800,55 centavos. A aplicação constitucional nos últimos 12 meses. Gasto com pessoal. O nosso limite máximo é de 6%. O aplicado foi 2,15%. Relatório de gestão fiscal do segundo quadrimestre de 2023. Receita líquida corrente do município dos 12 meses (setembro de 2022 a agosto de 2023) – R\$ 434.088.987,86 centavos. Despesa total com o pessoal, 2,15 %, R\$ 9.346.062,47 centavos. Aqui embaixo nós temos os limites, que seria o máximo permitido, o prudencial e o alerta. Limite máximo permitido, 6,00% - R\$ 26.045.339,27 centavos. Limite Prudencial, 5,70% - R\$ 24.743.072,31 centavos. Limite de Alerta, 5,40% - R\$ 23.440.805,34 centavos. Relatório de gestão fiscal, um quadro comparativo. Limite máximo permitido, 6%. Primeiro quadrimestre 2023 nós tivemos 2,07% com a despesa bruta com o pessoal, que foi R\$ 8.823.000 mil reais. Segundo quadrimestre 2023, as despesas bruta com o pessoal foi de 2,15% - R\$ 9.346.000 mil reais. A aplicação constitucional do segundo quadrimestre de 2023. O gasto com folha% do duodécimo, máximo é 70% valor Aplicado R\$ 50,83%. Despesas com Folha até o segundo quadrimestre 2023. Duodécimo Recebido – R\$ 10.800.000,00 mil reais. Limite máximo permitido 70,00% - R\$ 7.560.000,00 mil reais. Despesa total com folha: Até segundo quadrimestre de 2023 – R\$ 5.489.347,51 centavos. Percentual utilizado foi de 50,83%. Despesas com folha quadro comparativo. Limite máximo permitido 70%. A despesa total com a Folha, no primeiro quadrimestre 2023 foi de R\$ 2.542.676,55 centavos, o percentual utilizado 48,90%, e no segundo quadrimestre, R\$ 5.489.347,51 centavos, percentual utilizado 50,83%. Lembrando que o primeiro quadrimestre foram os nossos quatro primeiros meses, e o segundo, os nossos oito meses. Ativo permanente até o segundo quadrimestre de 2023. Saldo anterior, tínhamos R\$ 319.577,99 reais. Aquisição e incorporação, R\$ 145.101,40 centavos. Total do nosso saldo atual, R\$ 464.679,39 centavos. Nosso saldo em caixa e equivalência de caixa até o final do segundo quadrimestre/2023. Caixa Econômica Federal, R\$





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

410.788,46 centavos. Banco do Brasil, R\$ 56.566,16 centavos. Provisão estimada para 13º e obrigações futuras em aplicação, R\$ 2.374.097,12 centavos. Rendimento das nossas aplicações, R\$ 60.165,59 centavos. Total disponível, R\$ 2.901.617,00 reais. Obrigada. Alguém gostaria de fazer algum questionamento? Não tem ninguém inscrito. Peço licença, que estarei em curso e estarei deixando o plenário. Convido o excelentíssimo senhor Rafael Fração, presidente do Instituto de Previdência Social, dos Servidores Municipais PREVIPORÃ, para que faça uso da palavra pelo prazo de 10 minutos em explanação geral, ou o tempo que for necessário. Obrigado. Em nome da professora Anny, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, quero cumprimentar a todos desejando um bom dia. Hoje estarei fazendo a prestação de contas do segundo quadrimestre de 2023, dos dados consolidados até o mês de agosto. Nessa planilha está descrita as contribuições previdenciárias. Todas elas têm o mesmo índice, a alíquota de 14%, que são a contribuição patronal, a contribuição do servidor ativo, que é descontado em folha, a contribuição do aposentado e do pensionista. Esses são aqueles que recebem acima do teto do RGPS: R\$ 7.507,49. Eles contribuem com 14% sobre o valor que extrapola esse teto. Aqui é a legislação que trata sobre a responsabilidade da contribuição, os descontos. Aqui, as contribuições previdenciárias poderão ser creditadas no mês subsequente ao da competência. Ou seja, as contribuições do mês de agosto podem ser repassadas para o instituto até o final do mês subsequente, ou seja, setembro. As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, repassados no período de janeiro a agosto de 2023 representados nessa planilha, até o momento, totalizam R\$ 8.543.128,83 centavos, mais o valor parcial da competência de agosto, que foi pago um valor de R\$ 691.255,30 centavos, que foi repassado dentro do mês de setembro. Como eu disse, a competência de agosto pode ser repassada no mês subsequente. Está pendente o valor de R\$ 489.481,50 centavos, que tem até o dia 30 de setembro para ser repassado. Se não for repassado dentro do período de setembro, são feitas correções legais que a lei permite, não causando nenhum tipo de prejuízo para o Instituto. As contribuições





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

patronais do Executivo e Legislativo repassados no período de janeiro a agosto/2023, representadas nessa planilha. Até o momento, totalizam R\$ 7.898.074,01 centavos, mais o valor parcial da competência de agosto, que foi também de R\$ 691.255,30 centavos, que foi passado agora no mês de setembro, estando pendente o valor de R\$ 489.481,50 centavos, que também pode ser repassado até o dia 30, e se for extrapolado esse prazo, é feita toda a correção da forma que a lei permite. O valor aqui do representado ali, R\$ 7.428.659,49 centavos, é abaixo da questão do aporte. Houve um período que não estava devidamente regulamentada a lei, porque teve uma portaria do Ministério da Previdência que determinou que o déficit atuarial não poderia mais ser estabelecido por decreto. Nós tivemos que aprovar uma lei regularizando isso e foi aprovado em março, se não me engano, através de lei, e aí retroagindo até janeiro. O Ministério da Previdência veio e questionou, falou que não poderia retroagir. Nós devolvemos para eles o questionamento, perguntando qual legislação seria aplicada. O decreto, que não poderia ser mais utilizado, ou a lei retroagindo. Simplesmente não nos responderam e validaram a nossa lei, e foi que acumulou esse valor, e foi agora, em agosto, aprovado pela Câmara, o parcelamento. Ele vai sair na próxima prestação de contas, vai ser incluído em parcelamentos a receber nesse somatório contábil, em razão do princípio da transparência. Aqui, outras contribuições, repassadas no período de janeiro a agosto/2023, totalizam R\$ 2.036.908,26 centavos. No quadrimestre anterior, foi de R\$ 757.542,79 centavos. Aqui estão representados por parcelamentos de débitos previdenciários, compensação financeira entre RPPS e INSS. Isso é quando o servidor aposenta e ele tem contribuições da iniciativa privada, e ele traz esse tempo de serviço para o instituto, o Instituto faz essa compensação, porque nessa época em que ele trabalhou na iniciativa privada, ele contribuiu para o INSS. Então, o PREVIPORÃ busca esse recurso junto ao INSS. Contribuição oriunda de sentença judicial, um valor de R\$ 579.446,23 centavos. Aqui, grande parte desse valor é referente ao precatório do SINDIPORÃ, famoso precatório do SINDIPORÃ, que, como é verba de caráter salarial, é feito desconto à retenção das

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

obrigações previdenciárias e repassadas para o Instituto. Outras receitas restituídas, receita patrimonial com aluguel do prédio novo para a prefeitura, no valor de R\$ 81.899,65 centavos e a receita patrimonial de investimentos, que é alguns adiantamentos de alguns investimentos que a gente tem, a utilização dos recursos previdenciários. Nesta planilha, são demonstrados a utilização dos recursos previdenciários no período de janeiro a agosto/2023 que resultou em R\$ 31.416.408,22 centavos, que é toda a despesa administrativa para funcionamento do Instituto, despesas com os benefícios de aposentados, que já foram pagos, até o momento, de R\$ 24.194.808,27 centavos, despesas com os benefícios de pensão, R\$ 3.163.406,51 centavos. Despesas do exercício anterior. Isso aqui foi a situação que aconteceu no fim do ano, quando a Caixa Econômica não liberou o pagamento dos aposentados e pensionistas no fim do ano. E como fluxo de caixa foi pago em janeiro desse ano, primeiro dia útil de janeiro desse ano, ele tem que constar na pressão de contas. E a mesma coisa com os consignados retidos no exercício anterior, que foi junto com essa questão do salário dos aposentados e pensionistas no começo do ano. Como podemos ver, houve um superávit de R\$ 5.645.124 centavos. O saldo financeiro, em 31/12, era de R\$ 156.494.598,66 reais. Hoje, estamos com o saldo financeiro de R\$ 162.139.722,79 centavos. Aqui é a nossa carteira de investimento, que teve rentabilidade de 9,62% ao ano, ficando acima da meta atuarial, que foi de 6,03% para o mesmo período. Estamos com superávit de 3,59%, algo que não acontecia há muitos anos, por conta dos acontecimentos globais que interferem no mercado financeiro. Está sendo um ano muito bom para os investimentos do Instituto. Aqui é o desempenho da carteira representada em gráfico. Como a gente pode ver, somente o mês de fevereiro que foi um pouquinho abaixo da meta, mas, em compensação, os outros meses estivemos bem acima da meta. Aqui um resumo das nossas aplicações. Grande parte delas, 98%/99% em títulos públicos, renda fixa, algo bem seguro para o Instituto. Não temos grandes aventuras financeiras aí, bem conservador a carteira de investimento. É somente, agradeço a todos pela atenção. Muito





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

bem, senhor Rafael. Parabéns pela explanação. Convido o excelentíssimo senhor Fabrício Cerviéri, secretário municipal de Planejamento e Finanças, para que faça uso da palavra, pelo prazo de 10 minutos, em explanação geral, e o tempo que achar conveniente, que for necessário. Bom dia a todos. Em nome da vereadora Anny, cumprimento aos vereadores presentes. Em nome do meu amigo Nivalcir Almeida cumprimento a plateia. Vamos começar a audiência pública do segundo quadrimestre de 2023. Prestação de contas do município de Ponta Porã. Demonstração das metas fiscais segundo a lei orçamentária 4539, de dezembro de 2022. Nossas receitas. Nós temos um orçamento previsto de R\$ 644 milhões para este ano, arrecadado até o presente momento R\$ 353.051.516,05, o que já mostra que nós vamos ter uma frustração orçamentária, não vamos chegar naquilo que foi planejado. Acredito que a gente deve chegar perto de R\$ 580, R\$ 590 milhões, fechar o ano. O último quadrimestre é sempre o melhor em arrecadação, mas, mesmo assim, ele não vai conseguir suprir 50% do orçamento. Nós vamos chegar perto de uns 580 milhões, se mantiver o ritmo das coisas. Em relação ao ano passado, nós tivemos um aumento de arrecadação de 20%. Se você falar assim, o aumento de 20% na receita do município é um número muito bom. Mas eu vou mostrar para vocês que esse número, na verdade, ele é fictício, em função da composição da nossa receita. E, na verdade cada ação foi muito aquém do que poderia ter sido, principalmente em função de repasses federais e repasses estaduais, que foram os dois grandes gargalos para Ponta Porã e para todos os municípios do Estado do país. Tem tido uma dificuldade muito grande dos repasses, principalmente FPM e ICMS, com quedas bastante grandes em relação a períodos anteriores. Então a nossa composição de receita. A receita corrente, R\$ 314.240.970,00 reais. Ano passado, essa receita foi em torno de 280. Receita tributária, R\$ 64.579.495,26 centavos. Impostos R\$ 57.046.701,95 centavos. E o que garantiu grande parte da nossa manutenção até o presente momento, desses oito meses apresentados até aí nesse relatório, são as receitas próprias do município. Então, vou mostrar para vocês. IPTU R\$ 20.461.178,76 centavos. Ano passado, até esse momento, era em torno de R\$ 17,5 milhões. Agora, em setembro,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

nós já batemos todo o arrecadado ano passado inteiro. O valor arrecadado até setembro já bateu o ano passado todo. Então, demonstra aí uma recuperação do IPTU muito forte. A gente espera que com esse refis, que está correndo até o mês de dezembro, também consiga recuperar dívidas de anos anteriores e possa dar uma fortalecida ainda maior na arrecadação. O ITBI. Esse, dentro das receitas municipais, é um que nos preocupa muito em função da situação econômica do país. Ele foi arrecadado R\$ 3.870.309,48 centavos. Basicamente, posso dizer que o mesmo valor do ano passado de arrecadação de ITBI. O que isso nos demonstra? Que a atividade econômica, principalmente a imobiliária, estagnou. As compras e vendas de imóveis, as transferências, elas estagnaram. A gente vinha em uma crescente muito grande do ITBI nos últimos anos, e nesse período passado para cá, ele deu uma estagnada muito forte. Imposto de renda, e esse aí é a grande ajuda que nós tivemos esse ano. As mudanças na lei do imposto de renda, da forma de arrecadação, da forma de retenção por parte dos municípios, isso ajudou Ponta Porã, de forma fundamental. Ano passado, no mesmo período, era R\$ 4,8 milhões. Esse ano arrecadamos 10. Simplesmente com as mudanças da lei federal na forma de você reter o imposto de renda. Até então, todas as cobranças, as notas, as empresas, os contribuintes pagavam a Receita Federal e a Receita Federal, depois, aquilo que recebia, transferia por município. O que acontecia? Muita gente não recolhia, e a Receita não recebia, não transferia para o município. Hoje o município tem autorização de reter o imposto de renda na fonte. Ou seja, o município vai fazer um pagamento e já retém o imposto. E aí não tem inadimplência. Isso fez com que a gente dobrasse a arrecadação do imposto de renda. Está dando muito transtorno, principalmente no lidar com as empresas, no lidar com a prestação de contas para a própria Receita Federal, mas financeiramente tem compensado muito. ISS, Imposto de Serviços, R\$ 22.523.358,98 centavos. Ano passado foi R\$ dezoito milhões no mesmo período. Esse número, para os próximos anos, no município de Ponta Porã. 2024 deve manter a crescente, mas se nada acontecer no cenário econômico, a partir de 2025, o ISS do município cai. O que tem de grande aí





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dentro? A arrecadação das grandes obras. A duplicação da MS 164, o FONPLATA, o Anel. Todas essas obras, as construtoras retêm muito o ISS. A partir do momento que as obras vão se encerrando, essa arrecadação diminui e a gente continua com o ISS local só. Então a gente tem que fomentar a atividade econômica para não perder receita, ou manter um ritmo de obras muito grande no Estado. Não importa que sejam obras só do município. Podem ser obras do Estado, obras da União. Desde que aconteçam dentro do perímetro do município, a gente tem essa arrecadação garantida. As taxas, R\$ 7,5 milhões. Taxa do Poder de Polícia, R\$ 3.232.081,91 centavos. Poder de Polícia, basicamente, a grande conta aí dentro é Alvará. Nós vínhamos e ainda temos muitos problemas na arrecadação do Alvará, muita inadimplência. Temos feito uma atividade que não é muito prazerosa, mas a fiscalização é necessária, e, com isso, conseguimos dar uma melhorada sensível. Tivemos um aumento de 50% na arrecadação de alvará do ano passado para este ano, em função da atividade de fiscalização. Taxa de prestação de serviços, que é a taxa do lixo, R\$ 4.183.717,27 centavos. Vigilância sanitária, R\$ 87.228,06 centavos. Contribuição de melhorias, R\$ 29.766,07 centavos. Receitas de contribuição, aqui basicamente R\$ 10.000.000,00 milhões do PREVIPORÃ, e R\$ 7,6 milhões da COSIP, Taxa de Iluminação Pública, num total de R\$ 17.654.698,22 centavos. Essa receita também, apesar de ter aumentado financeiramente, no ano de 2022 ela foi de R\$ 7 milhões, tivemos um aumento só de 600 mil, a tendência da COSIP é uma manutenção ou uma redução. À medida que o município tem investido em novas formas de energia, não sei se vocês repararam, todo o anel rodoviário vai ser compostos com energia solar. A troca de lâmpada de mercúrio pela lâmpada de LED. Tudo isso gera um consumo menor e, conseqüentemente, uma arrecadação menor também para a Energiza. E o repasse acaba sendo menor também. Receita patrimonial, R\$ 8,1 milhões. Receita imobiliária, R\$ 704 mil. Essa receita imobiliária, ano passado, foi de R\$ 50 mil reais, aumentou para R\$ 700 mil, e aqui vale a gente fazer um elogio, uma recomendação. O que entra nessa receita imobiliária. A feirinha do produtor, a feira de alimentação, os





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

boxes da rodoviária, o box do terminal de ônibus, os aluguéis que o município cobra aí. Mas desses R\$ 704 mil, grande parte desse valor é atividade do PROCON. As multas e cobranças que o PROCON realizou durante esse ano trouxeram essa receita para o município. Vamos deixar aqui os parabéns à doutora Cláudia e ao PROCON do município. Receitas imobiliárias, R\$ 6.595.000,00 reais, que é o resultado das aplicações de recurso. Esse valor vai cair, que esse aí é o recurso do FONPLATA, que está depositado em conta e que a gente tem usado agora. Então, à medida que vai usando o recurso, o rendimento dele também, por sua vez, vai caindo. Sessão de Créditos e Direitos, que a gente recebe da Caixa Econômica, pela folha de pagamento do município, durante esse período, R\$ 840 mil. As receitas correntes. Agora vamos falar de União e Estado - R\$ 221 milhões. Ano passado, no mesmo período, R\$ 210 milhões. Então você pode ver que foi um crescimento muito pequeno em relação aos 20% da receita. Aqui a gente teve um crescimento de 5%. FPM, R\$ 54 milhões. Transferências totais, R\$ 88 milhões. Vamos falar do fundo de participação do município, R\$ 54 milhões. Ano passado mesmo, o período foi de 53 milhões. Estagnou. As despesas continuam correndo, a inflação continua aí, o aumento dos custos, e nós tivemos um aumento no fundo de participação do município de apenas de um milhão de reais. Isso considerando que esse ano teve um abono maior ainda. Então teve um abono de 0,25% que nós recebemos. Se não fosse esse abono, estaria bem menor do que o ano passado. Transferências de compensações financeiras. Esse é um número que cabe uma ressalva. Arrecadamos R\$ 840 mil. O que entra aqui nessa rubrica? O fundo de participação do petróleo, os bônus do petróleo, que o governo federal divide com os municípios do país, a arrecadação, Ano passado, nós recebemos algo em torno de 4 milhões de reais no mesmo período. Esse ano, R\$ 800 mil. O que aconteceu com esse dinheiro? Além de ter reduzido, o governo federal deu uma pedalada, como diria a ex-presidente Dilma, nas contas. Esse recurso vem para o município todo dia 25. Historicamente, dia 25 recebia esse dinheiro do petróleo. O que aconteceu quatro meses atrás? Atrasou. Em vez de vir dia 25, ele veio dia





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

5 do mês seguinte. O que pensamos nós ingenuamente? Bom, esse mês vai vir duas vezes. Vai vir dia 5, vai vir dia 25 e fica tudo normal. Virou dia 5, padrão, desde lá para trás. Ou seja, o governo, com um gap de dez dias, ele deu uma pedalada de um mês em cima dos municípios. E você contava com esse recurso. Transferências do SUS, R\$ 16.700.000, no ano anterior foram de R\$ 14 milhões. Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social, R\$ 1.100.000, ano passado veio R\$ 1.500.000, dentro dessa mesma rubrica. Transferências do Fundo Nacional de Educação, o FNDE, R\$ 3.400.000,00 reais, mesmo valor do ano anterior, não tivemos aumentos aí. Outras transferências da União, R\$ 500.000,00 reais. Transferências do Estado, 88 milhões. ICMS, 53 milhões. Ano passado, o ICMS, até esse mesmo período, foi de R\$ 52 milhões. Um milhão de aumento em oito meses é nada. Ou seja, manteve estagnado e, mais uma vez, repito, as contas continuaram correndo, os juros nós continuamos pagando, os parcelamentos, as despesas, a inflação, está tudo aí dentro e nós não tivemos um aumento considerável. O IPVA, R\$ 14.600.000, 00 reais. Nós tivemos um aumento de frota bastante considerável no município, porém, a inadimplência, segundo nos informa o Detran, também aumentou muito. Mesmo período do ano passado, foi uma arrecadação de R\$ 13 milhões. O Detran nos passou um relatório onde tinha muito pagamento à vista no passado e esse ano foi muito parcelado o IPVA. IPI R\$ 329 mil, cota parte da CID R\$ 900 reais, que é a contribuição dos combustíveis, transferências de recurso do SUS do Estado, R\$ 3,6 milhões. E aqui a gente explica o porquê a gente está aí lutando e por que vocês vão ver uma aplicação de recurso muito grande do município na saúde. Vou adiantar aqui, o município tem que aplicar 15% em saúde, nós estamos com 20% de aplicação, grande parte é aqui. Nós recebemos do SUS do Estado R\$3,6 mil esse ano, até o presente momento. Ano passado, esse número era de sete. Metade do que veio ano passado. E nós tentando manter o serviço, manter o nível de investimento. Outras transferências do Estado, R\$ 9,4 milhões. Esse aqui também cabe um adendo. Aqui a principal conta é o FUNDERSUL, dinheiro que vem para manutenção de ruas, estradas, estradas vicinais,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

rodovias. Ano passado, mesmo período, R\$ 12 milhões. Caiu três. O município tem que manter o seu nível de investimento através de recursos próprios. Isso tem nos dado uma dificuldade de manobra financeira muito grande. Transferências de instituições privadas, R\$ 173 mil. Esse valor aqui é um número novo, que começou a aparecer esse ano. Esse aqui é imposto de renda de empresas que doam para o fundo da criança legalmente, através das suas declarações de imposto de renda. Em vez de mandar o dinheiro para a receita, as empresas destinam para o município. Isso aqui tem ajudado muito na assistência social. É uma atitude muito bacana, principalmente das grandes empresas aqui da cidade. Tem várias que estão fazendo essa contribuição. Destinando parte do imposto de renda que pagam para ações sociais do município. Transferências MULTIGOVERNAMENTAIS, o FUNDEB, R\$ 54,3 milhões. Mesmo período do ano passado, R\$ 53,5 milhões. Um aumento muito pequeno no repasse, mas como o FUNDEB é atrelado, basicamente, sua receita ao FPM e ao ICMS, ambos foram mantidos, então a gente tem números muito próximos do ano passado. Multas administrativas, contratuais e judiciais, R\$ 410 mil. Indenizações e restituições, R\$ 500 mil. Demais receitas correntes, R\$ 166 mil. Aqui são pequenas receitas, são compensações de impostos, são multas administrativas que o município aplica. O grande valor ali, R\$ 565 mil, foi ressarcimento de dois problemas de veículos. Uma. Caminhonete da saúde e uma caminhonete da segurança pública, que o seguro reembolsou o município. Mas são receitas que, de uma certa maneira, ajudam. Receitas de capital, R\$ 54 milhões. E aqui se explica por que o aumento de 20% na arrecadação do município, porque eu falei que esse número, apesar de ser bonito, um aumento de 20%, ele não era um número que a gente podia celebrar. R\$ 26 milhões de operações de crédito. Ano passado, no mesmo período, a gente pegou R\$ 4 milhões de operações de crédito. Então o nosso grande aumento está nas operações, que foi o dinheiro que o FONPLATA nos mandou no comecinho do ano, na virada do ano. Esse é um número que a gente já apresentou na apresentação do quadrimestre anterior, é o recurso que o FONPLATA nos transferiu em janeiro. Alienação de bens, zero,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

transferências de capital, R\$ 28 milhões, que basicamente são os convênios, principalmente de obras do Estado, o Anel, alguns bairros que estão sendo asfaltados com dinheiro de convênio, entrou dentro desses R\$ 28 milhões. Ano passado, na mesma época, foi R\$ 20 milhões. Então, aqui em operações de crédito, só que a gente teve um aumento de R\$ 24 milhões de recursos arrecadados em operações de crédito, que é o que mantém o nível de investimento do município, principalmente nas suas obras. Receitas INTRA-ORÇAMENTÁRIAS, R\$ 8,9 milhões, que é do PREVIPORÃ. Dedução da receita, que é a dedução do FUNDEB, R\$ 23,8 milhões. Então, fechando aqui o total geral da nossa arrecadação com R\$ 353 milhões. Gráficamente, só para ver a distribuição, grande parte do recurso, tanto aqui em azul e no roxo, é Estado e União. Eles somam 48% desses R\$ 353 milhões. Eu sempre quis ter um número abaixo dos 50%. Essa é a primeira vez que a gente consegue e eu achei que eu ia comemorar e não posso, eu esperava que continuasse o aumento do investimento do Estado e da União e a receita própria aumentasse. Aqui está devido à queda da arrecadação da União e do Estado, a receita própria ganhou uma importância maior. Ano passado, a participação do Estado e da União, no mesmo período, era de R\$ 53%. Então a gente perdeu 5%, basicamente, de participação. Despesas. Orçamento, R\$ 644 milhões. Gastos até o presente, R\$ 353.774.846,47 centavos. Mantendo o equilíbrio, um gasto compatível com a arrecadação. Gráficamente, só para visualizar, grande parte da despesa está aqui em roxo, que é folha de pagamento às despesas com o pessoal. Aqui nós vamos ver melhor. Pessoal e encargos sociais, R\$ 169 milhões. Ano passado foi R\$ 141 milhões, nessa mesma época. Aqui nós tivemos um aumento de 15% no FUNDEB, nos salários dos professores. Nós temos algumas outras contratações feitas nesse período que elevou a folha um pouquinho. Juros e encargos da dívida, R\$ 2,8 milhões. No mesmo período do ano passado, nós tínhamos pago de juros e encargos R\$ 7,5 milhões. Esse ano nós pagamos só R\$ 2,8 milhões. Por quê? Vou no último item, que é a amortização da dívida - R\$ 21.327.000,00 reais. Ano passado nós pagamos R\$ 4.000.000,00 de reais da dívida.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Esse ano nós pagamos R\$ 21.000.000,00 de reais. Estamos pagando mais no principal, diminui o juro pago na mesma equivalência. Principalmente os financiamentos que nós fizemos em 2017 e 2018, grande parte deles a gente já está pagando o principal há um bom tempo. Então está mostrando que, apesar da dificuldade, nós fizemos investimentos capazes de gerarem receitas para o alto pagamento, que essa é uma grande dificuldade. É um grande desafio de você conseguir concretizar, mas nós temos conseguido manter essa relação. E aqui cabe salientar as despesas correntes, a manutenção das secretarias. Não é novidade, estamos sobre a vigência de um decreto de controle de despesas, para poder equilibrar a nossa receita. Ano passado, no mesmo período, nós tínhamos gastos, com a manutenção da secretaria, R\$ 120 milhões. Esse ano, estamos mantendo na casa de R\$ 108 milhões. Tivemos uma economia nos gastos do município. Investimentos, R\$ 51 milhões. Esses investimentos, ano passado, foram de R\$ 46 milhões. Tivemos um aumento de R\$ 5 milhões no investimento do município. Recursos vinculados. FUNDEB. A gente prevê atingir R\$ 94 milhões de arrecadação do FUNDEB. Não deve chegar a isso. Deve ficar muito próximo de uns R\$ 85/86 milhões, provavelmente. Deve ter uma frustração de arrecadação considerável em relação ao fato de eles serem muito atrelados ao ICMS e ao FPM. A receita do FUNDEB até o presente momento, R\$ 55 milhões. O gasto, R\$ 56 milhões de reais. A partir do mês passado, mês de agosto, o município começou a colocar dinheiro dentro do FUNDEB para poder manter os pagamentos, principalmente de folha de pagamento e isso deve se manter até o fim do ano, e provavelmente o 13º inteiro do FUNDEB deva sair da receita própria do município. A arrecadação do FUNDEB não comporta o pagamento do 13º. Aplicação de 85% dentro do magistério e aplicação de 14% dentro do ensino básico. Fundo Municipal de Saúde. Aqui eu peço licença para a gente falar bem rapidinho, vocês vão ter audiência amanhã com a saúde, e os valores são os mesmos, então, eles têm muito mais propriedade do que eu para explicar os números deles, mas a lei nos obriga aqui a demonstrar. Receita prevista, R\$ 84 milhões. Receita arrecadada, R\$ 55 milhões. Transferências do





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

município, R\$ 31 milhões. Receitas patrimoniais, R\$360 mil. Transferências da União, R\$ 18 milhões. Transferência do Estado, R\$ 5 milhões. Receita para apuração da aplicação, R\$ 176 milhões. Valor mínimo de 15,26%. Valor aplicado, R\$ 35 milhões. O município está com aplicação em saúde de 19,95%. Quase 5% a mais do que o limite legal. Isso, como eu expliquei lá atrás, principalmente em função da diminuição dos recursos da União e do Estado. O SUS do Estado veio metade do que veio no ano passado. O da União veio praticamente o mesmo valor. Então, para manter a estrutura, o município teve que colocar mais, não teve como não fazer isso. Transferências da União, R\$ 18 milhões. Transferências do Estado, R\$ 5,5 milhões. Despesa executada na saúde, prevista R\$ 84 milhões, liquidada até o presente momento, R\$ 58 milhões. Pessoal e encargos sociais R\$ 26 milhões. Despesas correntes, R\$ 29 milhões. Investimentos, R\$ 2 milhões e 300 mil reais. Totalizando os R\$ 58 milhões gastos. Metas fiscais do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Receita prevista, R\$ 15 milhões. Realizado até o presente momento R\$ 8.600 milhões, sendo que desses R\$ 8.600, como dá para ver aqui no quadro lateral, R\$ 6.800 saíram dos cofres do município, recursos próprios. Em torno de R\$ 1,5 milhão veio da União e do Estado. Então, se a assistência social dependesse de recursos do Estado e da União, ela praticamente inexistiria, não teríamos nada para fazer sem os recursos do município. Metas fiscais, investimento do FIS. O FIS, orçamento de R\$ 980 mil reais, exatamente o mesmo número do ano passado, R\$ 980 mil, arrecadado até o presente momento, R\$ 494 mil, liquidado, R\$ 232 mil reais. Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais do município. Folha de pagamento. Nós estamos com um gasto de 50,93%. A gente está numa classificação entre o limite de alerta e entre o limite prudencial. A gente pretende manter isso nessa faixa ou abaixo. A ideia era fechar o ano com 49%, mas não vai ser possível. Nós vamos ficar na faixa dos 50%. Aplicação em educação, até o presente momento, 24%. Lembrando que temos que chegar e fechar o ano com 30%. Mas à medida que nós tenhamos que colocar dinheiro até o fim do ano dentro do FUNDEB, nós vamos passar desses 30% com facilidade.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Saúde, aplicação mínima 15%, 19,95% até o presente momento. Então aí são as metas de lei de responsabilidade fiscal. Endividamento do município. Caixa econômica. Aqui nós temos vários, temos AVANÇAR CIDADES 1, AVANÇAR CIDADES 2, FINISA 1, FINISA 2, PMATE, tem uma composição de sete ou oito financiamentos dentro da Caixa Econômica. Ano passado, em 31 de Dezembro, eram R\$ 64 milhões, como são financiamentos que nós já estamos pagando o principal, já caiu para R\$ 56 milhões, uma baixa já de oito milhões. O FONPLATA, de R\$ 67 para R\$ 88 milhões, em função do dinheiro que veio no começo do ano. INSS R\$ 550 mil reais, passou para R\$ 4.185 milhões. E aqui são parcelamentos de PASEP do ano de 2013, que a gente fez em 2013 e 2014. Tivemos que fazer um parcelamento para pagar para o município manter sua certidão limpa. PREVIPORÃ, de R\$ 31.160 milhões para R\$ 30.067 milhões. Aqui é o PASEP normal do município, de R\$ 10.600 para R\$ 8.500. Precatórios. Fim do ano passado, tínhamos R\$ 6.500 milhões, agora estamos zerados. Nós liquidamos todo aquele precatório de R\$ 30 milhões. Nós temos ainda R\$ 600 mil para pagar, mas é do precatório desse ano que a gente tem que liquidar até 31 de dezembro. Endividamento total de R\$ 180 milhões para R\$ 191 milhões. A expectativa é fechar o ano na casa de R\$ 210 milhões, provavelmente. Com isso, agradeço a presença de todos, obrigado pela atenção e estou à disposição. Nós agradecemos e eu convido os palestrantes para compor a mesa novamente. Junto com o presidente Candinho Gabínio. Em tempo, registramos a presença da Dra. Raquel Caroline Lageano Quintino, Secretária Municipal de Desenvolvimento Regional, Indústria, Comércio e Turismo. Senhora Valquíria Capusso, Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Indústria, Comércio e Turismo. Dr. Cristian Aleixo, Assessor Jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Indústria, Comércio e Turismo. Excelentíssimo Sr. Fabrício da Costa Cerviéri, Secretário Municipal de Finanças, Sr. Carlos Nóbrega de Freitas, Secretário Adjunto de Finanças. Sr. Otaviano Pires Cardoso, diretor de Captação de Recursos. Professor Edivaldo Vieira, presidente do SIMTED. Senhor Odair Nogueira, Secretário-geral do





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

SIMTED. Senhor Ricardo Lázio, vice-presidente do Rotaract. Passaremos agora para os questionamentos. Alguém deseja fazer uso da palavra? Temos um inscrito. Senhor Ricardo Lázio, vice-presidente do ROTARAC. Por gentileza. Pelo tempo de cinco minutos. Bom dia a todos. Cumprimento essa casa de leis, no nome da vereadora Anny Espínola e também de todos os vereadores aqui dessa casa. Eu tenho alguns questionamentos, eles são bem específicos, só que a senhora que apresentou a primeira, ela já não está mais aqui para falar. Eu ia perguntar acerca do material de consumo, se a gente tem algum acesso a esse relatório detalhado dos R\$ 246 mil reais que foram investidos em material de consumo. Essa apresentação de conta da Câmara, você pode protocolar na Secretaria nossa, e aí a informação, porque ela abriu as perguntas naquela hora, o senhor não fez questionamento, mas o senhor pode protocolar na Secretaria da Casa. Perfeito, obrigado. Sobre as transferências de compensações financeiras que o último companheiro falou, cerca de R\$ 4 milhões anteriores e que agora houve um repasse de R\$ 841 mil. E a minha pergunta é, companheiro, o que foi feito à época dessa diminuição drástica de R\$ 4 milhões para R\$ 841 mil? Ou a quem compete questionar o governo sobre esse repasse tão expressivo para nós aqui do município? Bom, infelizmente, nós não temos acesso aos números do governo federal, à abertura das contas, mas a Associação dos Municípios questionou legalmente o governo federal. Não tivemos repasse, uma resposta que nos satisfaça, mas o governo respondeu em função das mudanças de variação cambial, mudança do valor do petróleo internacionalmente, que esse número caiu. Essa é a resposta que tivemos. Mas não existe nenhuma maneira que você possa dizer que tinha que ser tanto e você só mandou tanto? Nós não temos esse mecanismo de cobrança, infelizmente. Você acata o que o governo federal diz. É assim que funciona, infelizmente. Muito obrigado. Essa pergunta vai ser parecida com aquela primeira, do acesso ao relatório. Essa manutenção das secretarias, a gente também tem acesso a um relatório detalhado? Para onde foi esse gasto da manutenção das secretarias? Tem o relatório. Está dentro do site da transparência do município, estão lá todas as



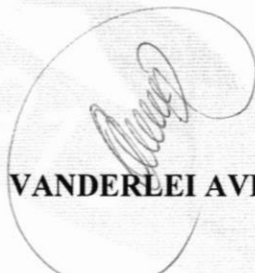


CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

contas abertas. Perfeito, obrigado. E a última pergunta, eu queria dirigir à vereadora Anny Espínola, ela que preside essa comissão. É uma curiosidade, se está no regimento a presença obrigatória dos 17 vereadores para essa prestação de contas e se ela é aprovada ou não? Não, não. Não está no regimento. Somente há um convite e há a presença aqui da mesa e pronto. Porque cada um tem os seus afazeres. Está bem. Muito obrigado. Até para complementar aquela informação, essas informações que o senhor pediu estão no portal de transparência também. Obrigado. Antes de encerrarmos a presente audiência, informamos que a prestação de contas do segundo quadrimestre do ano de 2023, conforme determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que trata sobre finanças públicas, e com o que dispõe o parágrafo único do artigo 63 e o artigo 92 da Lei Orgânica do município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas para análise, sendo que, após a deliberação do egrégio tribunal, serão encaminhadas para o plenário nesta Casa de Leis. Tais prestações de contas estarão à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação, podendo ser questionada sua legitimidade nos termos da lei. Desta forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta audiência pública de prestação de contas dos Poderes Executivo, Legislativo e PREVIPORÃ do município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Tenham todos um bom dia. Muito obrigada.


ANNY ESPÍNOLA


LOURDES MONTEIRO


VANDERLEI AVELINO

